



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

26/02/2018 ATÉ 26/02/2018

INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	1
	1.2 PORTAL DO MUNIM.....	2
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	3
	2.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	4
	2.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	5
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG DO MINARD.....	6

SEGURANÇA: Coletes balísticos serão usados para cumprimento de medidas protetivas de urgência

Na manhã da última quinta-feira (22), novos coletes balísticos foram entregues para uso dos oficiais de Justiça da comarca da Ilha de São Luís. Os coletes serão usados pelos oficiais que cumprem mandados determinando medidas protetivas de urgência em favor de mulheres em situação de violência. As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria Penha são de competência da 2ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís.

A entrega dos coletes foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, desembargador Raimundo Barros, ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e à desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA).

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressaltou que a medida objetiva tornar mais efetivos e seguros os cumprimentos de mandados em favor de mulheres em situação de violência. Ele ressaltou a sensibilidade do presidente do TJMA em contribuir com as ações de enfrentamento desse problema social, que exige dos Poderes Públicos ações para assegurar os direitos e a dignidade das mulheres. “Temos contado com todo o apoio do presidente do TJMA na luta contra as várias facetas da violência de gênero”, frisou.

A desembargadora Ângela Salazar ressaltou que a medida vai aumentar a segurança e a garantia de que as medidas protetivas – a exemplo daquelas que determinam o afastamento do lar dos autores de agressão – tenham o esperado efeito de assegurar a integridade das mulheres. “Esses atos muitas vezes se dão em locais em situação de violência e podem oferecer riscos”, disse.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, informou ainda que solicitou apoio do Comando da Polícia Militar (PMMA), para disponibilização de agentes e viatura, reforçando a efetividade e segurança no cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pela Vara da Mulher. “É nossa preocupação que as mulheres do nosso Estado contem com a garantia da dignidade de direitos”, observou.

SEGURANÇA - No último dia 15, outras unidades de coletes balísticos foram entregues pelo corregedor-geral, para uso dos oficiais de justiça lotados na Central de Mandados da Comarca da Ilha. Segundo o coordenador de Segurança do Fórum de São Luís, Major Pinheiro, o Tribunal já entregou cerca de 150 coletes balísticos, em São Luís e nas diversas comarcas do Maranhão.

Des. Cleones Cunha eleito vice-presidente do Colégio de Corregedores da JE

26/02/2018 15:00:55

Desembargador Cleones Cunha é o novo vice-presidente do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral

O desembargador Cleones Cunha foi eleito vice-presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais. A eleição foi realizada na última sexta-feira (23) durante o 42º Encontro do Colégio, que reuniu todos os corregedores da Justiça Eleitoral, em Brasília.

Também integram a nova comissão executiva os desembargadores Waldir de Nuevo Campos Júnior (TRE-SP), como presidente; Sueli Pinho (TRE-AP), como 1ª Secretária; e Sebastião Ribeiro Martins (TRE-PI) , como 2º Secretário.

O encontro tratou de temas como notícias falsas que são espalhadas pela internet e por veículos jornalísticos duvidosos; coincidências biométricas e outros aspectos relacionados à biometria; além da segurança jurídica no direito eleitoral.

O post [Des. Cleones Cunha eleito vice-presidente do Colégio de Corregedores da JE](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

MORTE NO TRÂNSITO: Empresa de ônibus é condenada a indenizar família de vítima de acidente

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou a Viação Pericumã a pagar indenização de R\$ 30 mil, por danos morais, para cada, à companheira, à filha e à enteada de um proprietário de oficina mecânica em São Luís, que morreu depois de ser atingido em sua moto por um ônibus da empresa de transporte coletivo. Em processo distinto, a companheira e a filha da vítima também requereram e ganharam o direito à indenização, por danos materiais, de R\$ 10.110,00, além de pensão mensal de um salário mínimo para cada - à filha, até que complete 25 anos de idade; à companheira, até a data em que a vítima completaria 70 anos.

A empresa recorreu ao Tribunal de Justiça contra a decisão de primeira instância que havia fixado os valores que acabaram mantidos, em sua maioria, pelo órgão colegiado do TJMA. Apenas a parte da pensão foi modificada pelo relator, desembargador Raimundo Barros, que considerou mais adequado o valor de um salário mínimo para a companheira e igual quantia para a filha da vítima.

Em sua defesa, a Viação Pericumã sustentou que a sentença de 1º Grau merecia ser reformada, alegando ausência de responsabilidade civil, por entender que não houve comprovação de que o condutor do veículo tenha sido o responsável pelo acidente. A empresa também não concordou com o valor fixado a título de dano moral e disse não existirem provas em relação aos danos materiais e à dependência financeira das apeladas para com o falecido.

O relator discordou das alegações apresentadas pela empresa de transporte quanto à suposta ausência de responsabilidade, visto que o boletim de ocorrência foi elaborado pela Polícia Militar, no local do acidente, instantes após a ocorrência do sinistro, firmando presunção relativa dos fatos, cabendo ônus de prova a quem se insurgir contra o documento, o que diz não ter ocorrido no caso.

Para Raimundo Barros, de acordo com o acervo de provas nos autos, não pairam dúvidas de que a conduta do motorista do ônibus causou danos irreparáveis, devendo, portanto, a empresa responder por isso. O relator considerou evidente o dano moral presumido, que independe da comprovação do grande abalo psicológico sofrido pelos parentes da vítima, e manteve os valores fixados, acrescidos de juros e correção monetária. Quanto às despesas com a motocicleta e funeral, o desembargador também não viu motivo para alterar o montante fixado, visto que o veículo fora comprado quatro dias antes do acidente, e o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento no sentido de que despesas com luto e funeral dispensam comprovação, quando fixadas em valor compatível. Barros modificou apenas o valor da pensão mensal a ser paga à companheira e à filha da vítima do acidente, porque as autoras, apesar de alegarem que ele era proprietário de uma oficina mecânica, tendo renda mensal média de R\$ 4 mil, não juntaram aos autos documentos suficientes para comprovar o alegado.

Os desembargadores José de Ribamar Castro e Ricardo Duailibe acompanharam o voto do relator.

Procuradora da Mulher confirma agressão de Cabo Campos à esposa

A deputada estadual Valéria Macedo (PDT), procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Maranhão, confirmou hoje (26) que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) uma ação contra o deputado Cabo Campos (DEM) por agressão contra a esposa.

O caso segue em segredo de Justiça.

A informação foi divulgada no início da semana passada [pelo blog do Stênio Johnny](#), e chegou a ser negada pelo parlamentar.

"Agora é essa notícia caluniosa que realmente está doendo em meu coração. Estamos em ano eleitoral, eu já esperava alguns ataques, mas um ataque tão maldoso, e tão sem ética, eu não esperava", disse Campos, pedindo orações a seus simpatizantes.

Em entrevista ao [Atual 7](#), nesta segunda-feira, Valéria Macedo disse que a Procuradoria da Mulher está acompanhando o caso de perto.

"Infelizmente os fatos divulgados pela mídia ocorreram contra uma mulher. A Procuradoria da Mulher na AL está acompanhando a questão de perto. Já há providências concretas. O caso já se encontra no TJMA inclusive com medidas protetivas concedidas contra o agressor deputado estadual Cabo Campos", declarou.

?

A pedetista avalia até a possibilidade abertura de processo no Conselho de Ética da Assembleia contra o parlamentar do DEM.

"A questão da persecução criminal, portanto, está encaminhada junto a Procuradoria de Justiça e o TJMA porque o agressor tem foro por prerrogativa de função. Falta avaliar a questão de eventual processo disciplinar na Comissão de Ética na AL pela ação do agressor, que deixa a sociedade perplexa", completou.

The post [Procuradora da Mulher confirma agressão de Cabo Campos à esposa](#) appeared first on [Gilberto Léda](#).

Valéria Macedo confirma que Cabo Campos agrediu a esposa

A deputada Valéria Macedo (PDT), Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa do Maranhão, confirmou que está tramitando no Tribunal de Justiça processo criminal no qual o seu colega de parlamento, deputado Cabo Campos (DEM), figura como acusado de agredir fisicamente a esposa, Maria José Brandão Marques Campos.

"Infelizmente os fatos divulgados pela mídia ocorreram contra uma mulher. A Procuradoria da Mulher na AL está acompanhando a questão de perto. Já há providências concretas. O caso já se encontra no TJMA inclusive com medidas protetivas concedidas contra o agressor deputado estadual Cabo Campos", declarou Valéria ao blog [Atual7](#).

De acordo com ela, em razão do parlamentar possuir foro privilegiado, o caso está sendo encaminhado no Judiciário estadual pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

Valéria Macedo disse que está avaliando a possibilidade de abertura de processo no Conselho de Ética da Assembleia contra o deputado Democrata.

"A questão da perseguição criminal, portanto, está encaminhada junto a Procuradoria de Justiça e o TJMA porque o agressor tem foro por prerrogativa de função. Falta avaliar a questão de eventual processo disciplinar na Comissão de Ética na AL pela ação do agressor, que deixa a sociedade perplexa".

A informação acerca da agressão de Cabo Campos contra a esposa foi divulgada na última sexta-feira (23) pelo blog do [Stênio Jonny](#).

O deputado, no mesmo dia, gravou vídeo (veja abaixo) negando o ocorrido.

The post [Valéria Macedo confirma que Cabo Campos agrediu a esposa](#) appeared first on [Blog do Gláucio Ericeira](#).

Oficiais de Justiça da Ilha de São Luís, recebem coletes balísticos. Postado em TJ-MA Por Portal do Munim em Fevereiro 24, 2018

Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, desembargador Raimundo Barros, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e à desembargadora Ângela Salazar.

SÃO LUÍS/MA - Na manhã desta quinta-feira (22), novos coletes balísticos foram entregues para uso dos oficiais de Justiça da comarca da Ilha de São Luís. Os coletes serão usados pelos oficiais que cumprem mandados determinando medidas protetivas de urgência em favor de mulheres em situação de violência. As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria Penha são de competência da 2ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís.

A entrega dos coletes foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, desembargador Raimundo Barros, ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e à desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA).

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressaltou que a medida objetiva tornar mais efetivos e seguros os cumprimentos de mandados em favor de mulheres em situação de violência. Ele ressaltou a sensibilidade do presidente do TJMA em contribuir com as ações de enfrentamento desse problema social, que exige dos Poderes Públicos ações para assegurar os direitos e a dignidade das mulheres. “Temos contado com todo o apoio do presidente do TJMA na luta contra as várias facetas da violência de gênero”, frisou.

A desembargadora Ângela Salazar ressaltou que a medida vai aumentar a segurança e a garantia de que as medidas protetivas - a exemplo daquelas que determinam o afastamento do lar dos autores de agressão - tenham o esperado efeito de assegurar a integridade das mulheres. “Esses atos muitas vezes se dão em locais em situação de violência e podem oferecer riscos”, disse.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, informou ainda que solicitou apoio do Comando da Polícia Militar (PMMA), para disponibilização de agentes e viatura, reforçando a efetividade e segurança no cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pela Vara da Mulher. “É nossa preocupação que as mulheres do nosso Estado contem com a garantia da dignidade de direitos”, observou.

Segurança — No último dia 15, outras unidades de coletes balísticos foram entregues pelo corregedor-geral, para uso dos oficiais de justiça lotados na Central de Mandados da Comarca da Ilha. Segundo o coordenador de Segurança do Fórum de São Luís, Major Pinheiro, o Tribunal já entregou cerca de 150 coletes balísticos, em São Luís e nas diversas comarcas do Maranhão.